

Barreiras Culturais da Integração

Deficiência uma questão cultural

Pág. centrais



20.º Aniversário do "20 de Setembro"

A chama que nunca se apagará



Porto

Delegações Órgãos Sociais **assumem mandato**

Pág. 5

Direcção Nacional desdobra-se em actividade e contactos

Lar Militar solução em est.

Pág. 3

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 28º e 66º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados da Delegação de Ponta Delgada para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária, a realizar no dia 16 de Setembro de 1995 (sábado), das 09 às 19 horas, com vista à votação para os Órgãos Sociais Nacionais e eleição dos Órgãos Sociais da Delegação de Ponta Delgada.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, funcionará com as seguintes mesas de voto:

- Ponta Delgada - Rua Ernesto do Canto, 20
- Angra do Heroísmo - Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
- Horta - Sede dos Bombeiros Voluntários da Horta.

ADFA, 26 de Julho de 1995
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente
Jorge Manuel Garrido Pardal Mauricio

Direcção Nacional da ADFA Recebida pela Casa Militar da Presidência da República



Na sequência da recente revisão estatutária e consequente acto eleitoral, a Direcção Nacional da ADFA pediu audiência ao Chefe da Casa Militar da Presidência da República, tendo no passado dia 19 sido recebida pelo Sr. General Carlos Azeredo, pelo Sr. Brigadeiro Manuel Monge e pelo Comandante Homem Gouveia.

Depois de apresentados os cumprimentos ao Sr. General e oficiais de que se fez acompanhar, a D.N. começou por referir a situação em que se encontram mais de uma dezena de associados, naturais de Moçambique e Deficientes das Forças Armadas, que se encontram internados no Hospital Militar Anexo, fazendo alguns tratamentos, mas esperando, essencialmente, pela atribuição da nacionalidade portuguesa para que possam usufruir da sua pensão, bem como de todos os direitos que estão consignados na lei. O Sr. General Carlos Azeredo transmitiu-nos que a Casa Militar da Presidência da República já tinha recebido esses ex-militares portugueses e efectuado diligências possíveis, visando a resolução dos problemas destes DFA's. Foi ainda entendido que se deviam celebrar protocolos entre o Estado Português e os novos Estados de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, tendentes à dignificação da pessoa destes ex-combatentes que já há longos anos esperam uma solução condigna.

A propósito da isenção facultativa do cumprimento do serviço militar obrigatório para os filhos dos DFA's que tenham mais de 60%, indicaram-nos que a alteração legislativa ainda se encontra na Assembleia da República e que será de imediato promulgada logo que chegue à Presidência da República.

Relativamente aos militares que pretendem auferir a sua pensão com base no vencimento do posto em que se encontram graduados, a Direcção Nacional teve oportunidade de se pronunciar sobre a justiça moral da pretensão e exprimir que este assunto é também da ADFA, por a DFA's dizer respeito, e afirmou reiterar a aspiração desses camaradas nas várias instâncias em que o tratamento desta matéria seja oportuno.

Foram ainda focados aspectos referidos ao serviço de campanha e aos actos de serviço que, em muitas circunstâncias classificam, no âmbito de uma justiça imoral, acidentes idênticos em leis diferentes, sendo acidentes e doenças em serviço classificados à luz do Estatuto da Aposentação Pública como se o desempenho, no cumprimento do serviço militar obrigatório, pudesse, de algum modo, ser comparado ao dos funcionários públicos.

Foi reafirmado pela ADFA a necessidade de se criar um

Estatuto próprio dos Deficientes Militares, onde se condense e se sistematize toda a legislação a eles referente, tendo sempre em atenção a especificidade do serviço militar.

Foram focados, de uma maneira mais rápida, outros temas da actualidade, manifestando o General Carlos Azeredo, e os Oficiais que o acompanhavam, a maior abertura para dialogar com os responsáveis da associação e garantiu-nos que, aquando da eleição do novo Presidente da República, todos os dossiers apresentados aquele Órgão de Soberania serão transmitidos aos seus sucessores.

Direcção Nacional da ADFA Recebida pelo CEMGFA



No passado dia 15 de Julho, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, recebeu, em audiência, a Direcção Nacional da ADFA, que lhe apresentou cumprimentos e deu a conhecer, de uma maneira global, o plano de actuação dos Órgãos Sociais Nacionais, empossados no dia 01 daquele mês.

Foi apresentado ao Almirante Fuzeta da Ponte o problema do fornecimento de próteses aos DFA's que, ao que sabemos, no Exército é objecto de concurso público muito demorado e burocratizado. A esta preocupação o Almirante CEMGFA predisps-se a equacionar o problema com o Chefe do Estado-Maior do Exército, entidade com quem a ADFA contactará, logo que se concretize a audiência que lhe foi solicitada.

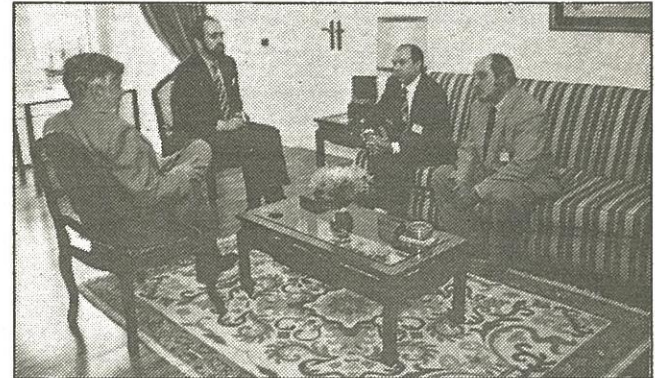
É aspiração dos nossos associados, que serviram nas Forças Armadas como soldados serem graduados em 2º sargentos, com vista a usufruírem de internamento hospitalar mais adequado ao seu nível etário e beneficiarem do acesso às Messes Militares. Este problema de graduação foi considerado, pelo Sr. Almirante, como de muito difícil execução, parecendo-lhe mais fácil, através de directrizes internas, estender, aos Praças DFA's, não oriundos dos quadros permanentes, para aqueles efeitos, as normas aplicáveis aos 2º sargentos.

A Direcção Nacional da ADFA teve, ainda, oportunidade de expor sucintamente os diversos dossiers legislativos que se encontram pendentes no MDN, predispondo-se o CEMGFA a apoiar todas as medidas justas que dignifiquem directamente os DFA's e, indirectamente, as Forças Armadas enquanto instituição.

Para terminar, o Almirante Fuzeta da Ponte mostrou-se disponível para dialogar com os responsáveis da ADFA, sempre que tal se justifique, indicando como seu especial interlocutor para este efeito, o Brigadeiro Camões. Resultado prático desta decisão a reunião, hoje mantida, com este oficial General e que, devido à

simultaneidade com a impressão desta edição, merecerá divulgação noticiosa no ELO de Setembro.

Direcção Nacional da ADFA Recebida pelo CEMA



Dentro da política da Direcção Nacional de apresentar cumprimentos e encetar os primeiros contactos com todas as entidades com as quais a ADFA necessita dialogar, o CEMA recebeu, no passado dia 14 de Julho, aquele Órgão Social que lhe apresentou alguns dos problemas, que carecem resolução, e que se inscrevem dentro dos anos de 1961 a 1974.

Constatámos que, a nível do Hospital da Marinha, o atendimento e fornecimento de próteses aos nossos associados é feito com toda a normalidade, não tendo o CEMA ou a ADFA conhecimento de quaisquer reclamações por parte dos utentes.

As preocupações do Sr. Almirante Ribeiro Pacheco são as mesmas que as nossas. Quando analisámos a situação das viúvas dos deficientes militares que, em muitos casos, e depois de terem passado uma vida inteira a cuidar, a todos os níveis, dos seus maridos, entram numa situação de miséria absoluta após o falecimento destes. Urge, de algum modo, fazer um levantamento destas situações e encontrar, através da pensão de preço de sangue, ou de qualquer outra lei, uma solução que resolva este impróprio destino sócio-económico daquelas que, substituindo-se ao Estado, foram tantas vezes mães, esposas, enfermeiras e mais tudo aquilo a que o estado de necessidade as obrigou.

O CEMA tomou conhecimento das várias preocupações da ADFA e prometeu o seu incondicional apoio aos deficientes militares e à sua organização.

Assistência Médica

Informam-se todos os associados sobre os períodos de gozo de férias, por parte dos médicos que prestam serviço nas várias especialidades na Sede:

Dr. Fernando Brito	7 de Ago. a 4 de Set./95
Dr. Proença	1 a 31 de Ago./95
Dr. Paulo Vale	14 a 31 de Ago./95

SETÚBAL

Clínica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:

2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

✦ mais informações contactar ✦
Delegação da ADFA de Setúbal

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)
Médico: Dr. Paulo Val
2.ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Teresa Infante
2.ª Feira 10:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

4.ª Feira 09:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D.ª Dulce Sousa

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 / 05 83 / 06 45 / 07 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, Armando Guedes da Fonte, José Maia,
Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

Encontros com Partidos políticos



No intuito de alargar os contactos da ADFA com a sociedade civil, a Direcção nacional solicitou encontros com os dirigentes de todos os partidos políticos, com representação parlamentar, a realizar na nossa Sede e aqui debaterem a temática da deficiência no âmbito dos programas eleitorais de cada um; no entanto e por iniciativa do Secretário Geral do PS, Eng^o António Guterres, a DN foi, no dia 20 de Julho, recebida por aquele líder socialista.

A reunião, de iniciativa daquele partido, teve como objectivo analisar a situação da reabilitação e dos deficientes em Portugal, bem como as necessárias medidas a adoptar.

A Direcção da ADFA teve oportunidade de apresentar a sua preocupação com a exclusão social dos deficientes, chamando a atenção para a necessidade da mudança urgente de atitudes e erradicação de preconceitos, através de uma política de reabilitação integrada, com a participação activa das associações.

A dignificação da pessoa deficiente, com reconhecimento do direito à plena cidadania, deverá constituir preocupação prioritária do futuro governo. A ADFA aproveitou esta oportunidade para sensibilizar o Eng^o. António Guterres, como potencial futuro Primeiro Ministro.

Para além da melhoria da situação geral dos deficientes portugueses, a ADFA teve ainda oportunidade de esclarecer o líder do PS sobre a situação dos Deficientes das Forças Armadas, nomeadamente quanto à preservação da sua qualidade de vida e à resolução de situações de injustiça, que ainda prevalecem.

Por fim a ADFA afirmou a sua disponibilidade para participar activamente na construção das soluções nacionais sobre problemas dos deficientes.

A ADFA solicitou ao Presidente do PSD, Dr. Fernando Nogueira, igualmente potencial Primeiro Ministro, uma audiência, no sentido de, com a mesma oportunidade, apresentar as preocupações e sugestões manifestadas ao Eng^o. António Guterres.

Reuniões com sócios

De harmonia com vontade intensamente expressa pelos sócios, durante todo o período que envolveu a preparação das Listas de elementos que compõem os actuais Órgãos Nacionais e que, com carácter prioritário, foi assumido nos respectivos programas eleitorais, a Direcção Nacional está a elaborar um projecto que leve à concretização de acções que permitam a auscultação dos associados, com carácter sistemático e descentralizado, e participação muito alargada na definição das grandes linhas de orientação da ADFA, em suma, à partilha do poder que lhe compete exercer.

Em Setembro e mais fundamentadamente, passará ao conhecimento de todos, através do nosso jornal, um conjunto de iniciativas que levará os Órgãos Nacionais ao contacto directo com os associados nas suas áreas de residência, quer nos Núcleos existentes, quer nos seus locais de residência na área da grande Lisboa, para reuniões locais a par com a concretização, presumivelmente mensal, de encontros na Sede Nacional, nos quais será desejável a participação de sócios, da área de Lisboa, e das Delegações, onde sejam debatidos os grandes problemas associativos e todos se possam sentir protagonistas das decisões que a ADFA tomará na condução das suas políticas interna e externa, a nível Nacional, e Internacional.

Os grandes problemas filosóficos, Estatutariamente consignados, à aplicação das linhas de orientação do programa eleitoral serão matérias, esperamos, de vivo debate que permitirão livre intervenção e tomadas de decisão profundamente enriquecidas porque todos nelas podem tomar parte activa e de mérito.

Será equacionado um sistema de informação objectiva e continuada, para que todos tenham conhecimento das situações a debater e se sintam motivados à sua análise e discussão.

Eleições nos Açores

Como é do conhecimento dos associados da ADFA, muito em particular os residentes na Região Autónoma dos Açores, não se realizou o Acto Eleitoral Nacional e Regional na Delegação de Ponta Delgada, por dificuldades associativas internas que, através de um diálogo entre os membros dos Órgãos Sociais Nacionais recentemente eleitos e os membros cessantes dos Órgãos Sociais da Delegação, se estão a ultrapassar.

Escusado seria solicitar aos associados de Ponta Delgada um esforço para, mais uma vez com uma participação eleitoral marcante, dignificarem, com a sua presença e o seu voto, a ADFA em geral e a Delegação de Ponta Delgada em particular.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, em consonância com os Órgãos Sociais da Delegação dos Açores, apela a todos os associados, para no próximo dia 16 de Setembro, participarem na vida da ADFA, votando.

P^o M.A.G.N.

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício
Presidente

Lar Militar Possível Solução para breve

A ADFA está a analisar uma proposta de protocolo sobre a gestão e aproveitamento das potencialidades do Lar Militar, submetida recentemente à sua apreciação pelo Ministério da Defesa Nacional.

Trata-se da adopção de um modelo de gestão tripartida, em que a ADFA é chamada a participar, juntamente com a Cruz Vermelha Portuguesa e o próprio Ministério da Defesa Nacional.

A Direcção Nacional da Associação tem vindo a estudar este projecto de protocolo com a maior atenção, envolvendo neste estudo os Órgãos Sociais Nacionais e os membros eleitos para o Conselho Nacional, bem como obtendo pareceres associativos e técnicos em diferentes níveis. Os próprios residentes do Lar Militar foram ouvidos.

No momento em que se procede ao fecho desta edição do "Elo" está a ser ultimado um documento completo sobre a posição final da Associação, a apresentar directamente ao Sr. Ministro da Defesa Nacional, em audiência que irá conceder à Direcção Nacional no dia 28 de Julho.

A ADFA, observadas algumas condições que irá apresentar, está disposta a aceitar este desafio, ou seja, a assumir responsabilidades de gestão no Lar Militar, colocando toda a sua capacidade e saber ao serviço do desenvolvimento desta importante estrutura, em nome da dignidade e qualidade de vida dos deficientes militares - actuais e futuros utentes.

Conselhos técnicos

Depois de uma primeira abordagem, diversos associados estão, actualmente, a ser contactados pela Direcção nacional, com a colaboração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, a fim de que se componham os Conselhos de Reabilitação, Económico e Jurisdicional, cuja criação, atribuída ao Conselho Nacional, foi definida nos novos Estatutos. Encontra-se já elaborada uma lista de nomes para todos aqueles Órgãos Consultivos tentando, de igual modo, promover-se contactos no sentido de se encontrar um novo Director para o ELO e o respectivo corpo redactorial que, como ficou expresso no programa eleitoral, não deverão corresponder a elementos da Direcção Nacional.

Espera-se dos grupos a constituir, o aparecimento de trabalho de grande valia que aponte caminhos muito objectivos e fundamentados nas diversas áreas, e que sejam um polo aglutinador da participação e tomada de opiniões dos sócios a nível Nacional.

20º Aniversário do "20 de Setembro" A chama que nunca se apagará

Foi no dia 20 de Setembro de 1975 que, no pátio do Palácio da Independência, se realizou a mais participada Assembleia Geral da nossa Associação, que deliberou desencadear um processo de protesto público pela não consideração das nossas justas pretensões de carácter legislativo que, há muito, vinham sendo reclamadas.

Na celebração e evocação da luta que se desenvolveu marco histórico na vida da ADFA e no movimento de deficientes em Portugal, a Direcção Nacional, com a exiguidade de tempo de que dispõe, vai promover na Sede Nacional, no dia 23 de Setembro, actividades que nos trarão à memória aquele evento, marco fulcral do nosso património colectivo.

Na ocasião, espera-se a participação de grande número de sócios, sobretudo dos que tiveram intervenção na luta, assim como se pretende ter entre nós figuras de relevo nacional que tiveram a actuação ligada aquele acontecimento.

Quer-se um momento de sadia recordação, no qual, em confraternização, demos mais brilho a essa página rica da nossa história.

Solicita-se aos associados que detenham documentos escritos ou fotográficos, dessa época, que os cedam, a título devolutivo, ao ELO, à responsabilidade do sócio trabalhador Farinho Lopes.

Transcreve-se, seguidamente, o programa previsto.

Programa
Sábado - 23 de Setembro - Sede Nacional
11:00 horas Concentração dos associados
11:30 horas Visita à Exposição
12:30 horas Almoço convívio
15:00 horas Sessão evocativa

Agradece-se a comunicação de inscrições, de 1 a 20 de Setembro, para a Sede Telef. 7570422/0502 - ext.: 212.

Existem possibilidades de Delegações organizarem excursões pelo que devem os associados informar-se junto das mesmas.

Admissão de Associados

Relação de candidatos a associados efectivos, divulgada de harmonia com o disposto no nº 4 do Artº. 8º dos Estatutos da ADFA:

José Lourenço Carapinha Parelho.
José Ramos Amaro Monteiro.
Jorge Schiappa Gomes da Silva.
Luis de Carvalho Meneses.
Antonio Manuel Rodrigues Fontes Rocha.
Alvaro Vicente Mota da Costa.
Abílio Sousa Teixeira.
Maria Leonilde F. Ribeiro.
Alzira Monteiro dos Santos.
João Paulo Costa Freitas.
Francisco Freitas da Costa.
Manuel Carlos Rodrigues Gutierrez.
Antonio do Nascimento Pires.
Manuel Augusto Cunha Ribeiro.
Maria Natalina Martins Ribeiro Cruz.
Alvaro Armando Oliveira Pereira.
Manuel Augusto da Silveira Gonçalves.
Francisco Gonçalves.
Feliciano da Rocha Ferreira Nunes.
Joaquim Alves Simões.
Manuel Lopes Mendes.
João Eugénio Ferreira Cardoso Redondo.
Oscar Joaquim dos Santos.
José Ferreira Teixeira.
Viriato Augusto Gonçalves.
Henriques Tavares de Almeida.
José Mendes de Araújo.
Fernando Júlio Moreira da Silva Santos.
Antonio Luis Botelho Rodrigues.
Luciano Fernando Ornelas da Cruz Dias.
João da Silva de Freitas Lima.
Helder Costa Martins Carneiro.
Júlio Silva Marques.
Leonel de Figueiredo Soutinho.
Leonel Luis Canelas.

FMAC — Revisão Estatutária Reunião em Doorn - Holanda

Maior participação associativa e adequação à nova realidade mundial, maior incidência nas questões da reabilitação, estabilidade sem estagnação, dinamização e inovação nas reuniões estatutárias e debate tão alargado quanto possível dos trabalhos desta revisão são as ideias base que a ADFA defende, impulsionando a revisão estatutária da Federação Mundial, tendo conseguido apoio, logo na primeira reunião do grupo de trabalho, criado para o efeito, como adiante se refere.

Esta orientação foi definida pela ADFA que, no âmbito da Comissão Europeia, produziu o documento cuja parte mais significativa se transcreve abaixo com o título "Exame dos Estatutos, Estrutura e Actividades da FMAC".

Grupo de Trabalho "Resolução 29"

Na sequência da aprovação da Resolução 29, pela 21ª Assembleia Geral da FMAC, efectuada de 2 a 6 de Dezembro de 1994, em Bordéus, que previu a constituição de um grupo de trabalho para proceder ao exame dos estatutos, estrutura e actividades da FMAC tendo em vista a preparação de uma proposta a submeter à próxima Assembleia Geral, teve lugar, a primeira reunião deste grupo, em Doorn, Holanda,

os Srs. Will e Serge pelo Bureau Executivo, os Srs. Dixon e Loos pelo Conselho Geral, os Srs. Arruda e Carreiro pela CPAE, o Sr. Ahizi pela CPAA, a Srª June pela CPM e a Srª Martine como Directora Executiva. Participaram ainda o Sr. Theo de Mooij e a Srª Jonkhof (Secretariado da reunião) e 2 tradutoras.

Foi preparada uma agenda de trabalhos provisória que veio a ser alterada no início da reunião

ando algumas ideias força.

A reunião foi conduzida com muita eficiência, na maior serenidade mas travando um debate com enorme força e ao mesmo tempo "fair-play" no sentido de se conseguirem apoios para isolar os defensores do "status" vigente. Ao fim de dia e meio de discussões e debates, pensamos ter quebrado a resistência e ter obtido condições para uma revisão estatutária que poderá alterar substancialmente a FMAC.

A ADFA (CPAE) interviu desde o início, sugerindo e conseguindo a alteração da Ordem de Trabalhos.

De seguida defendeu a alteração dos objectivos a fim de neles incluir a reabilitação, no que o grupo acordou, tendo-se elaborado um texto que não foi adoptado por não ser o melhor, deixando-se o acerto de redacção para a próxima reunião.

No 2º dia, dispondo já de tradução, o nosso texto iniciou as discussões e foi argumento de peso para a formação de maioria apoiante de uma grande alteração estatutária.

Passou-se depois aos dois textos do secretariado sobre a composição da FMAC e Comissões Permanentes, tendo-se avançado em alguns aspectos concretos; designadamente atribuindo-se dignidade estatutária a estas Comissões e adoptando-se a ideia de alterar a composição do Bureau Executivo de forma radical, passando as Comissões Permanentes a integrá-lo. Não ficou assente a sua composição definitiva.

Realça-se também que a admissão de associações específicas de ex-militares não foi aprovada.

por forma a não ser obstáculo à discussão de todas as matérias.

Foram ainda preparados dois documentos, pelo secretariado da FMAC, propondo alterações estatutárias que já se adivinhavam previsíveis, relativamente às Comissões Permanentes que não dispunham de qualquer regulamentação estatutária e à composição da FMAC no que se refere à admissão de novos membros como os "Capacetes Azuis", combatentes de conflitos não internacionais e vítimas civis da guerra.

A ADFA (CPAE) foi o único interveniente que apresentou documento escrito definindo pontos essenciais a rever e deline-

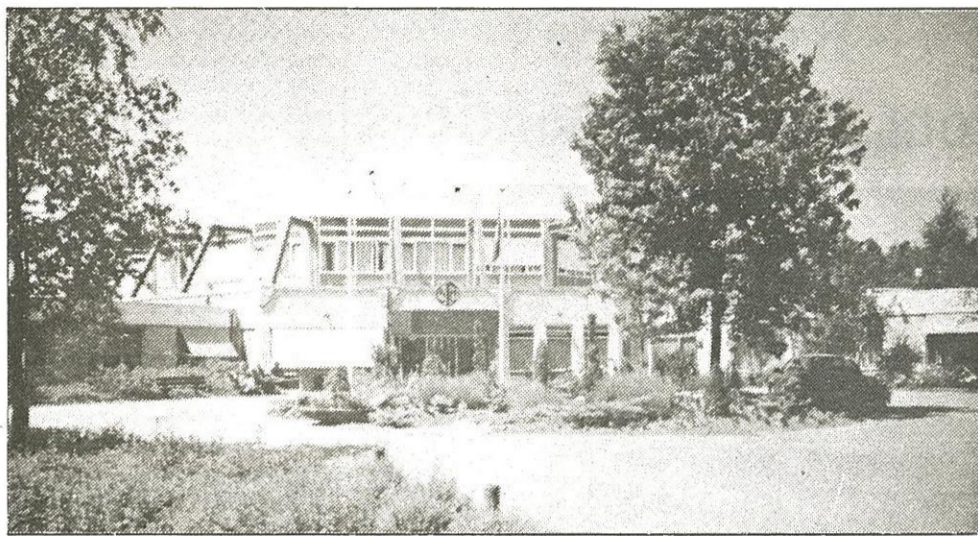


nos dias 24, 25 e 26 de Junho de 1995.

O grupo de trabalho tem como objectivo proceder à análise dos estatutos, estrutura e actividades da FMAC, a fim de apresentar as propostas decorrentes desta análise à próxima AG, prevista para fins de 1997, em Seul (Coreia).

Nos termos da Resolução 29 a sua constituição é a seguinte: 1 representante de cada Comissão Permanente, 2 representantes do Conselho Geral, 2 representantes do Bureau Executivo e Directora Executiva da FMAC para apoio de secretariado

Nesta reunião, a Comissão Permanente para a Ásia e Pacífico não se fez representar e entrevistaram



O "Lar Militar" dos Holandeses é um ... hotel!

Foi uma surpresa. Ia preparado para ficar "internado", durante um fim de semana, no "Lar" dos camaradas Holandeses. Porém, nos arredores, comecei a pensar que me encontrava numa Sintra de casas diferentes e terreno plano.

Ao entrar fiquei confuso. À esquerda estava a recepcionista, simpática, a falar inglês, com telefones e computadores, como em qualquer bom hotel. Ao espriar os olhos, dei com uma enorme sala, bem mobilada, um piano e bar ao fundo. dei a volta com o olhar e comecei a duvidar se realmente aquele era o Centro-BNMO. Mas isto é um Hotel! E quase de luxo! Mas as pessoas que se encontravam sentadas, sorriram-me, amável e afavelmente e dirigiram um "boa-tarde" de quem está entre amigos. Era o centro!

CENTRO BNMO

A reunião do grupo de trabalho para a revisão estatutária da FMAC teve lugar na Holanda, Doorn, no Centro do BNMO.

Este Centro, a que na tradução se chamou de férias (!), constituído por 50 quartos duplos (com nível de qualidade de hotel de 3 a 4 estrelas) e 26 apartamentos, *é propriedade da associação e por ela gerido.*

Foi construído há 11 anos em função da necessidade de programas periódicos de tratamento/restabelecimento dos 7.000 associados.

Há programas de estadia de 5, 10 e 40 dias e especiais de períodos alargados (referiram alguns de 4 meses) e os utilizadores apenas pagam as viagens. Têm direito a utilização anual ou em casos graves de 6 em 6 meses.

Dispõe de terapia ocupacional, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapia e infra-estruturas diversas de serviços (até cabeleireiro) e/ou lazer, como duas salas de reuniões (a maior é a sala Van Lanschot), piscina coberta/aquecida, bowling, mini-golf e outros jogos. Há animadores com a incumbência de preencher os tempos livres e tive ocasião de presenciar, no Domingo à noite, o preenchimento do serão com um animado jogo em grupo na sala de estar (uma espécie de jogo de palavras). Na sala de reuniões, neste mesmo dia, foi celebrada missa, sendo procedimento habitual e decorando-se a sala para o efeito.

Embora se situe numa área sem problemas de espaço, envolvido em amplos jardins, dispõe de estacionamento na cave.

Situa-se numa cidade pe-

quena (12.000 habitantes), constituída praticamente por vivendas (estilo próprio), todas cercadas de floresta/jardim, num ambiente de enorme sossego e beleza, a cerca de 50 Kms de Amsterdão.

SEDE DO BNMO

A sede do BNMO é um edifício contíguo, do mesmo estilo, ligado a este por uma passagem de vidro acrílico.

Este edifício é de forma rectangular de um só piso, com um comprimento semelhante ao do nosso edifício ADFA.

Tem uma orientação nascente-poente com a frente virada a sul. De concepção extremamente simples, dispõe de um corredor central com gabinetes para ambos os lados.

A recepção faz-se sobre a parte poente directamente da rua para uma grande sala de estar, decorada com sofás de muito boa qualidade e bom gosto.

Ao lado desta sala, fica o "Salão Nobre" (auditório) de tamanho idêntico ao nosso mas com o dobro da altura.

Nos serviços que não tive oportunidade de conhecer (era fim de semana), não são empregados associados (!) por se entender que a qualidade de associado e trabalhador são susceptíveis de criar situações embaraçosas quer para a direcção quer para os trabalhadores. Deste modo, o nosso anfitrião, Theo de Mooij, empregado há 30 anos no BNMO, não é sócio mas foi ele que escreveu a história da Associação em livro que intitulou "Força de Vontade".

Para conceber o BNMO-Center a nossa congénere holandesa, visitou os países

nórdicos, para estudar e aprender com a experiência já aí vivida. Concluíram que os finlandeses (têm dois "centros", um dos quais eu próprio já visitei acompanhado da Dr.ª Fernanda de Castro do MDN - o Kauniala) eram o melhor exemplo.

Foi-me referido que levaram anos (ao que penso 4) a adequar o projecto à realidade holandesa.

Mas ... e o dinheiro? Como se referiu os associados não pagam nem a estadia nem os tratamentos. Mas não é o Governo que paga. É a lotaria!

Durante quatro ou cinco anos, por ideia de Van Lanschot, foi atribuída ao BNMO uma percentagem em duas lotarias de dois locais. Após este período foi fundada a SMFO - fundação constituída por quatro associações - que gere os fundos da atribuição de 12,5% daquelas lotarias e os distribui na área da reabilitação a quem pedir, em função de critérios estabelecidos.

O BNMO (que faz parte da Fundação) apresenta todos os anos o seu plano de actividades e projectos inovadores e, até hoje, tem sido integralmente financiado.

O seu orçamento actual ronda os 900 mil contos por ano.

Aconselha-se vivamente a DN a promover um estudo aprofundado quer do BNMO-Center que constituirá um modelo de grande valor para a definição de soluções adequadas às nossas necessidades (que se pretendem começar a resolver com o Lar Militar) quer do funcionamento do BNMO que com 50 anos de existência possui uma vasta experiência que nos poderá ser útil.

Exame dos Estatutos, Estrutura e Actividades da FMAC

Intervenção na primeira do Grupo de Trabalho - Doorn
(Holanda) 24 - 26 JUN 85

Ver artigo na página 10

Na sequência de contactos iniciais efectuados, junto das Delegações, cujos Órgãos Sociais, já empossados, e promovidos pelo Presidente da MAGN, o ELO solicitou reportagens informativas e fotográficas para, com dignidade e abertura, fazer a divulgação daqueles actos do mais alto significado associativo.

Divulgam-se, assim, seguidamente e na íntegra, os textos chegados, que a redacção agradece, tal como as fotografias exibidas na primeira e última páginas desta edição.

Porto

Decorreu no passado dia 04 de Julho, na Delegação do Porto, o Acto de Posse dos Órgãos Sociais da Delegação. Para além da presença de elementos dos Órgãos Sociais cessantes, assistiram ao Acto, o Presidente e o 2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral Nacional, respectivamente Jorge Maurício e Bento Raimundo, os membros do Conselho Nacional - José Arruda, José Noronha e Jerónimo de Sousa - o Presidente da Assembleia Geral de Famalicão, Manuel Ferreira, assim como muitos associados.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, Henrique Rodrigues, fez uma breve intervenção, salientando a importância do momento e as responsabilidades que a todos cabe na execução do Projecto associativo, ao que se seguiu a tomada de posse de todos os elementos eleitos.

Pedido a Jaime Ferreri, 1º da Lista do Conselho, de Delegação para falar sobre este acto, o mesmo dissertou afirmando que no mês de Junho, toda a gente fala sobre os nossos problemas da guerra. Disse estar presente para ajudar a rever alguns factos para a nossa sobrevivência e não deixar que falem ou decidam por nós. Disse que está fora a razão principal porque aceitou fazer parte da lista ao Conselho de Delegação.

Falou de seguida, Augusto Santos, Presidente do Conselho Fiscal, que disse ter aceite o cargo para que a ADFA seja renovada e modificar todo o seu ser actual. Disse que enquanto membro do Conselho Fiscal, não iria ser um camarada mas sim um Fiscal a sério dos movimentos da Direcção.

Falou Abel Fortuna, Presidente da Direcção que agradeceu a presença dos representantes dos Órgãos Nacionais no presente Acto, salientou o papel do associado José Arruda pela forma como soube estar no processo que levou à renovação da vida associativa, fez menção ao projecto apresentado para o mandato, salientou a importância dos associados na sua execução, na consagração dos direitos das *Viúvas e Deficientes em Serviço*, referiu que é necessário fomentar a solidariedade, unindo todos os esforços para que se acabe com a diferenciação.

Salientou o trabalho desenvolvido pelo Centro de Reabilitação de Profissional Gaia, sublinhando o papel do seu Director e do Representante na Comissão de Coordenação.

Falou seguidamente, José Arruda que agradeceu o convite e fez um apelo para que todos os associados dos Órgãos cessantes e os agora eleitos, unam esforços com vista ao engrandecimento da ADFA. A seguir usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício que agradeceu igualmente o convite, sublinhou a solidariedade e importância do acto, afirmando que nós não somos uma Associação que copiou ou copia alguma coisa das outras Associações, mas que sabe inovar. Pediu que a Direcção seja criativa e o contacto com os associados seja feito com grande força e capacidade de saber ouvir e respeitar a sua vontade. Disse, que neste momento não existem vencedores nem vencidos, mas sim homens eleitos, salientando para que todos os associados vivam mais a ADFA que não percam tempo com questões secundárias.

Acabado o Acto de Posse, os presentes foram convidados para um Porto de Honra servido pela Cantina da Delegação.

Viseu

Passados 21 anos da revolução de Abril e do nascimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, verifica-se que a ADFA cada vez mais está junto dos seus associados, deficientes militares que são e que marcaram uma década na história de Portugal e do mundo, contribuindo de forma decisiva para a Revolução dos Cravos que em boa hora os capitães de Abril resolveram por em prática, derrubando o regime ditatorial existente à quarenta e oito anos em Portugal, acabando com a era do salazarismo, caetanismo.

Foi bom para o povo que não viu mais os seus filhos partirem para a guerra, mas muitos como nós, sofreram na carne as marcas de uma guerra colonial, injusta que durante treze anos alimentámos de uma forma cruel e assassina, a mando do governo fascista, desbravando por completo a juventude portuguesa, ao ponto de chegar a altura de não haver mais jovens, mais carne humana para alimentar a guerra, tanto a nível de soldados como de oficialato a situação era péssima, os nervos, o stress no campo de batalha era terrível, os mortos eram aos milhares, e os deficientes não tinham conta.

Os jovens Capitães de Abril, cansados de verem tantas injustiças, em que só quem era cego é que não se apercebia da realidade da situação, quer na própria metrópole, ou no próprio terreno de guerra operacional 100%. Pela má informação, pela cegueira de quem governava na altura. Os bravos capitães de Abril, decidiram, e bem, enfrentar o poder, fazer a revolução e restituir ao povo a liberdade, a democracia que hoje, felizmente, ainda vive e que deve sempre Portugal continuar a ser governado livre e democraticamente de forma a que todos os governos sejam sempre eleitos através da livre escolha dos seus cidadãos.

Por favor, senhores democratas, governem em liberdade, em democracia, façam Portugal um paraíso onde todos nos sintamos cidadãos livres e gozamos a liberdade, agradecendo e prestigiando aqueles que deram a vida pela Pátria que sofreram na carne os horrores que as guerras provocam e precisam de legislação justa para viverem com tranquilidade, sem sobressaltos e sem medo do amanhã. A ADFA tem sabido estar na sociedade na defesa e garantia dos direitos dos deficientes militares e os nossos associados têm sabido estar com a associação. Reconhecem o trabalho desenvolvido, participam na vida associativa apesar das distâncias que os separam da Sede Nacional, das próprias delegações, como é o caso da Delegação de Viseu que abrange uma área quilométrica bastante grande e que para se deslocarem à Delegação nos fins de semana é-lhes muito difícil, porque os transportes são nulos, mesmo assim, a participação no acto eleitoral foi significativa, apesar das distâncias no dia 17 de Junho, os associados mobilizaram-se, uns á boleia, outros em transporte próprio, percorreram cem cento e tais quilómetros e vieram votar! foi bonito! foi bom, mas queremos mais, temos que fazer convívios, temos que estar permanentemente juntos para dialogarmos, debatermos os nossos problemas, participar mais na vida associativa. Temos que forçosamente estar com a Associação. Acreditamos em nós próprios nas nossas reais capacidades mobilizadoras. fazer o melhor possível para estarmos na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de Portugal e da ADFA.

O acto eleitoral foi bom, mas reconhecemos que podia ser bem melhor vamos por isso deixarmo-nos de comodismos e não deixar que os outros decidam por nós, o que na verdade temos de ser nós a decidir. A Direcção Nacional precisa de apoio, de tranquilidade para governar, para decidir. As Delegações têm a obrigação e o dever de apoiar, participar nos projectos em marcha. Os associados são a base de apoio de tudo quanto seja ADFA (participamos).

Ao longo dos anos, tem a associação percorrido diversas etapas e sempre para melhor. Acreditamos sinceramente na capacidade mobilizadora dos novos órgãos para fazer mais e melhor e deixo aqui um alerta a todos os associados para se unirem junto da associação e com amor, dedicação, acabarmos este século, para com a tranquilidade necessária prepararmos a ADFA para o ano 2000 que se avizinha.

Com a tomada de posse a 12 de Julho, os Órgãos da Delegação de Viseu estão preparados para a nova etapa na vida da associação, que vamos procurar seja a mais rica dos vinte anos da ADFA nesta bela região Beiraltina, Viseu!

João Gonçalves, sócio 684

Coimbra

No sábado, 8 de Julho realizou-se nas instalações da ADFA Coimbra, a Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Delegação eleitos em 17 de Junho. A sessão, dirigida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação, decorreu sob o signo do associativismo, da unidade, da esperança e da solidariedade. Tivemos connosco, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional e outro elemento do mesmo órgão, o associado Raimundo.

Cerca de duas dezenas de associados acompanharam o acto, seguindo-se com toda a atenção os discursos do presidente da MAGD José Guerra, do Presidente da Direcção de Delegação José Maia, e por último o Presidente da MAGN Jorge Maurício.

Estiveram ainda presentes na cerimónia a convite da ADFA, representantes de instituições de deficientes, autarquias, e em representação do Brigadeiro Comandante da BLI, (Brigada Ligeira de Intervenção), o Sr. Ten. Cor. Manata.

No final foi servido um Porto acompanhado de alguns

acepipes, e mais tarde na cidade de Cantanhede realizou-se um almoço de confraternização.

O fim de tarde passou-se no restaurante O Baçalhau, propriedade do associado, José Silva, membro da MAGD, onde se lanchou continuando o convívio. O lanche foi custeado individualmente por cada um dos participantes, aliás o que já se tinha passado em relação ao almoço.

O dia terminou já com o sol espreguiçando-se no horizonte desaparecendo por trás das colinas que separam Coimbra da Figueira, ficando entre nós a certeza de que apesar de tudo, com trabalho, vontade e perseverança, a ADFA será cada vez mais a certeza da nossa esperança.

José Maia

Bragança

No dia treze de Julho de 1995, foram empossados os membros dos Órgãos Sociais da Delegação, assim como o Conselho de Delegação.

A Tomada de Posse foi um acto simples, mas com sentido de dignidade e responsabilidade para os empossados.

Um acto diferente dos anteriores, pelo facto de ter aparecido o Concelho de Delegação. É também de salientar o empenho de todos os Órgãos ao comparecerem a tomar posse, demonstrando assim o seu querer de contribuir para uma ADFA mais forte e mais coesa.

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação
António Eugénio Fernandes

Informação

Informam-se todos os associados que por motivo de férias, os serviços de atendimento desta delegação estão encerrados no período de 1 a 25 de Agosto, assim como num período de 5 dias no mês de Dezembro, por conveniência dos serviços.

Faro

Mais um evento que fez história nesta Delegação, dando-nos a determinação na nossa existência, prospectando-a no futuro. Estiveram presentes no acto o Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Delegação, o Presidente da Direcção de Delegação e o 2º Vice Presidente da Direcção Nacional Catarino Salgado, usando os mesmos da palavra, assim como cerca de vinte e cinco associados.

Seguiu-se um almoço de confraternização no restaurante "TAMBORIL" em Olhão.

Delegação da Madeira

Informações

Informam-se todos os associados que por motivo de férias, os serviços de atendimento desta Delegação estão encerrados no período de 1 a 30 de Agosto.

Com o propósito de dar conhecimento aos associados desta delegação, comunica-se que os elementos do Órgão Directivo reúnem ordinariamente todas as 2ªs. Feiras úteis, pelas 19 horas na sua sede.

Qualquer associado que assim entender, pode comparecer nas referidas reuniões para expor assuntos de seu interesse

Núcleo de Alcobaça

Convívio

O Núcleo de Alcobaça vai realizar, em meados de Outubro, e presumivelmente na área da Batalha, um convívio para todos os associados, que nele queiram comparecer, muito em especial os residentes nos Conselhos de Alcobaça, Batalha, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Porto de Mós e Rio Maior; pretende-se um encontro muito participado, com forte presença dos associados daquela zona, para troca de conhecimentos e informações e busca de formas de maior actividade associativa na região.

Para além de outro tipo de contacto, o ELO de Setembro trará detalhado programa sobre o encontro para o qual, desde já, se chama a atenção dos sócios e se apela a sua vontade de participar intensamente na vida da nossa associação.

Fotos de Farinho Lopes e Vítor Francisco

Colóquio

Deficiência uma questão cultural

Na Sede da ADFA realizou-se, no dia 8 de Julho, um Colóquio onde foram apresentadas as conclusões das acções de investigação desenvolvidas pelo Gabinete de Estudos e Documentação ao abrigo do Programa Horizon. O Secretário Nacional de Reabilitação fez-se representar pelo assessor do Gabinete, Dr. Adalberto Fernandes, que presidiu à Sessão de Abertura. Os parceiros belgas desta investigação foram representados pela Secretária Geral da Association Chretienne des Invalides et Handicapés, André Maes e pelo vice-presidente da Carat, Pierre Lebouté. A Sessão de Encerramento foi presidida pela Coordenadora do Núcleo de Programas (Eixo Horizon) da Direcção dos Serviço de Reabilitação do IEF, Dr^a Marília Fragoeiro, responsável do eixo Horizon, que presidiu à Sessão de Encerramento. Os trabalhos decorreram desde as 09:30H da manhã até às 20:00h, tendo comparecido cerca de noventa convidados. Houve interpretação em língua gestual para os surdos presentes, que muito animaram o debate. Este colóquio será objecto do programa "Novos Horizontes" na TV2, e os resultados da investigação serão publicados integralmente em livro. Nesta reportagem limitamo-nos a apresentar as conclusões e algumas das intervenções mais significativas, por nos ser impossível referi-las todas apesar da sua grande qualidade.



José Arruda, na qualidade de responsável deste projecto por parte da Direcção Central cessante, apresentou a mesa de abertura que era constituída pelo assessor do Gabinete do Secretário Nacional de Reabilitação, pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, pelo vice presidente da Direcção Nacional e pelo responsável do projecto.

A primeira intervenção coube Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, que na circunstância aludiu ao facto de existirem duas sociedades distintas e estanques, onde numa tudo são vantagens e bem estar, em contraponto a um sub-mundo onde vegetam as pessoas deficientes que, por muito valor que possam ter, vêm as suas oportunidades sempre defraudadas.

Chamou a atenção para a importância do estudo científico que está a ser feito na ADFA e na Bélgica, pois poderá vir a evidenciar as razões profundas da exclusão social em que se encontram as pessoas deficientes; desconhecendo-se ainda as causas que através da história, da literatura, do cinema e de tantas outras ciências empurraram os deficientes para um "ghetto", sem que a sociedade dita perfeita tenha consciência disso ou deseje alterá-lo.

Finalmente apelou à atenção de todos para os temas que se iriam expor e debater nos painéis seguintes.

SOCIEDADE PARA TODOS

Em representação do Secretário Nacional de Reabilitação, esteve presente o assessor do Gabinete, Dr Adalberto Fernandes, que presidiu à Sessão de Abertura.

Adalberto Fernandes começou por considerar que, na perspectiva do Secretariado Nacional de Reabilitação, como órgão coordenador do sistema Nacional de Reabilitação, se tratava "de uma Jornada plena de expectativas sobre uma temática pertinente e actual".

Considerou também ser "um esforço inovador e pioneiro".

Fez depois uma dissertação bastante aprofundada do papel da cultura e afirmou mais adiante que caminhamos "rapidamente para o termo do Século XX, como o Século da liberdade, mas não nos podemos esquecer de que é, simultaneamente, o século de graves intolerâncias, da cultura do mais forte, da competitividade desumanizante, etc."

Disse depois que: "Neste ano Internacional da Tolerância, a iniciativa da ADFA é

uma referência que a prestigia".

A terminar afirmou que o SNR "contribuirá, ainda mais, com o « Plano Nacional de Acção » para a Reabilitação até ao Ano 2000, que se encontra em fase de elaboração, na perspectiva da construção de uma sociedade para todos."

AUSÊNCIA TOTAL DE INVESTIGAÇÃO

Depois desta singela, mas muito digna cerimónia, começaram os trabalhos com a apresentação do tema da 1ª sessão, "Determinação das formas de tratamento dos deficientes em Portugal ao longo dos tempos", por Armino Roque. Os trabalhos foram coordenados por Humberto Sertório, membro da Mesa da Assembleia Geral Nacional. Como convidada esteve a Mestre em História Maria de Lurdes Rosa.

Armino Roque iniciou a sua dissertação sobre a forma como desde os tempos moaiscos, os deficientes começaram a ser estigmatizados e marginalizados.

Em seguida analisou como o conceito de mendicância e de deficiência caminham a par e a forma como a assistência foi evoluindo nos tempos modernos.

Afirmou que com Cristo e a sua doutrina houve uma vira-

gem na forma de tratar as pessoas deficientes, surgem figuras que assumem a piedade como um acto de amor e disponibilidade total, apesar de tudo, a rejeição continuou a ser o aspecto fundamental da atitude do homem medieval.

Com o Renascimento, embora não se tenha operado uma ruptura epistemológica, registam-se alguns avanços.

Realçou que para os legistas, os crimes de vadiagem e de mendicância são tratados nos mesmos capítulos dos Códigos Penais e os estudiosos da repressão e prevenção da vadiagem e mendicância tratam estes assuntos nos mesmos congressos.

Durante a Idade Média, a assistência aos mendigos era considerada algo do foro particular e da Igreja. A partir dos finais do Séc. XV, há uma profunda remodelação na forma como o Estado encara o flagelo social que é a mendicância.

Os Séculos XV e XVI marcaram uma mudança substancial na forma como o Estado encara a situação dos deficientes. E estes tornam-se progressivamente membros efectivos da sociedade, continuando no entanto a ser considerados seres marginalizados, remetidos para o sub-mundo da miséria mais profunda, onde se confundem com ladrões, vadios, prostitutas, num ambiente de corrupção moral, em que a ociosidade é factor determinante imediato.

Apresentou depois documentação que provava que até ao fim do séc XIX os deficientes militares ficavam completamente votados à indigência e sobreviviam esmolando.

tendo por isso concluído que a única justificação aceitável para este estado de coisas é a de que os historiadores consideram este tema como um assunto marginal perpetuando assim, com o seu silêncio, o estigma de inválido que se abateu sobre o deficiente.

OS DEFICIENTES NÃO TÊM HISTÓRIA

Lavouras Lopes fez também uma dissertação sobre esta matéria onde concluiu que: "Verificámos que os deficientes não têm história. Será talvez porque não a fazem, isto é, porque não são protagonistas de relevo.

Pode-se traçar um paralelismo entre a integração social dos deficientes e a libertação da mulher. Cecília Barreira, em "História das nossas Avós", diz, a propósito da diminuição da mulher, como mistério e fonte de tabus: "A relação estigmatizante determina ou sobredetermina não somente o julgamento estético que fazemos sobre a aparência, como o julgamento moral e afectivo em torno da personalidade de uma pessoa." Este juízo, transposto para o plano da deficiência, aplica-se plenamente, tocando no cerne da questão. Sendo assim, o impacto público da luta das mulheres e da luta dos deficientes deveria ser semelhante, Mas não é. As desigualdades entre homens e mulheres só passaram a ter interesse para a História quando a estabilidade dos papéis distribuídos foi posta em causa pela eclosão dos movimentos de libertação. A marginalização dos deficientes

mística que envolve esta temática. É que o deficiente é, bem mais do que a mulher, um "mistério e uma fonte de tabu". As deficiências, como manifestações da vontade do além, dificilmente se ajustam ao rigor de análise objectiva da História. Como se pode deste modo reconhecer motivações sociais nas lutas dos deficientes? Seja como for, o certo é que a História, com esta atitude de alheamento, constitui-se numa das mais poderosas barreiras culturais da integração, porque legítima, por omissão, as atitudes discriminatórias, que vêm do fundo da nossa cultura e afloram na interacção social do quotidiano.

Maria de Lurdes Rosa, nossa convidada, fez algumas considerações sobre o que se tinha dito e sugeriu que se devia sensibilizar os estudantes universitários, da área de humanísticas, para fazerem teses de mestrado sobre esta temática.

Falou ainda da sua tese sobre a sucessão de morgadios, onde se pode avaliar a exclusão global da partilha dos benefícios do progresso, como hoje diríamos, pelo direito à herança de Morgadios. Maria de Lurdes Rosa, no trabalho acima referido, verifica que, pelo menos a partir de 1336, os deficientes são excluídos da doação de morgadio, nomeadamente "defeituosos, coxos, cegos, paralíticos, mudos, defeituosos das pernas, mancos, aleijados dos membros". A exclusão da herança, que implicava a eliminação da qualidade de chefe de família, assentava no prejuízo que resultaria para a administração dos bens, segundo apurou a autora. A sal-



Passou em seguida a analisar a forma como os historiadores portugueses abordam a problemática dos deficientes militares.

Concluiu que existem muito poucas referências sobre este assunto, sobretudo nas obras dos historiadores mais conhecidos, que praticamente os ignoram.

Nas obras de História mais recentes, inclusive naquelas cuja temática é especificamente a Guerra Colonial, é flagrantemente notória uma quase total ausência de análise sobre os deficientes militares, mesmo em historiadores de nomeada e em obras de leitura obrigatória,

ainda não terá interesse para os historiadores por o seu papel tradicionalmente estabelecido ainda não ter sido posto em causa. Estaríamos então, neste momento, na pré-história do movimento de integração social dos deficientes. Sendo assim, todo o trabalho das associações dos últimos vinte anos é desprezível. Assim parece, a avaliar pelo interesse nulo que despertou nos nossos historiadores. Mais protagonismo, então, por parte dos deficientes organizados, e a História contemplar-nos-á.

Mas a questão não estará apenas no protagonismo. Estará também na densa auréola

vaguada da imagem do chefe de família era a grande preocupação, cujos traços de beleza e perfeição devem estar em harmonia com a superioridade social, de acordo com os modelos da literatura genealógica e cavaleiresca, conclui a autora. Este pequeno trabalho é um dos raros exemplos comprovadores da viabilidade de elaboração da história da marginalização dos deficientes.

UMA BASE DE DADOS COM 80 ANOS DE LEGISLAÇÃO

Depois desta intervenção realizou-se um pequena pausa

para um café a que se seguiu a 2ª Sessão subordinada ao tema "A Evolução da legislação sobre os deficientes em Portugal, especialmente sobre os deficientes militares" que foi apresentada por Barbosa Carneiro e teve como convidado José Monteiro, jurista. Os trabalhos foram coordenados por Passos Silva, membro do Conselho Fiscal Nacional.

Barbosa Carneiro começou por afirmar que no âmbito da investigação foi feito um levantamento da legislação que, em Portugal, tem contemplado a problemática dos cidadãos com deficiência. Tal estudo

cialismo, o mesmo critério de qualificação.

SALAZAR RETIROU DIREITOS AOS MUTILADOS DE GUERRA

José Monteiro fez uma intervenção onde realçou o trabalho levado a cabo e salientou os aspectos relevantes em relação à utilidade da pesquisa, não só no aspecto histórico mas também a grande importância que ainda hoje pode ter para a criação de novos diplomas legislativos.

Por outro lado, numa época

próprios deficientes organizados. Parece pretender-se escavar a imagem dos deficientes e encontrar-lhe as raízes. Se se trata de uma evolução consistente e continuada, ou se, pelo contrário, é casual e efémera, não sabemos. Só o prosseguimento da análise no-lo dirá. De qualquer modo, esta variação é por si significativa. Um jornal de grande influência na opinião pública, ao revelar maleabilidade na abordagem de um assunto tradicionalmente considerado tabu, está desde logo a contribuir para a destruição desse tabu. É o mesmo que dizer que um jornal de grande alcance, ao tratar de forma diversificada, mesmo que incoerente, a temática dos deficientes, está a beliscar a imagem destes, herdada e bem conservada no imaginário colectivo. Está a dar, deste modo, um passo importante para a correcção dessa imagem. E é o que de mais urgente há a fazer - a alteração da imagem das pessoas com deficiência, para que elas passem a ser para os outros aquilo que realmente são e não a ideia preconcebida que delas se tem.

A imprensa pode, pois, confirmar na mentalidade dos leitores a imagem do deficiente irremediavelmente à margem, e aí funciona como uma barreira cultural da integração social, porque legítima e reproduz os valores dominantes neste domínio. Pelo contrário, pode inquietar essa mentalidade, dando da pessoa com deficiência uma ideia nova, para uma nova imagem, e aí abandona o seu tradicional papel de barreira cultural.

Pela leitura feita, parecem que estamos numa fase de transição e que, por isso, a causa da integração poderá ser bem defendida na imprensa.

MAIOR CONHECIMENTO DE SI MESMO

Após esta intervenção Emília Bento expôs a "Análise de atitudes e valores sócio culturais, no momento actual, face às pessoas deficientes", onde foram apresentados os resultados dos inquéritos realizados a deficientes e não deficientes, com o objectivo de detectar indicadores de barreiras sócio-culturais.

Embora as conclusões confirmem a existência de barreiras sócio-culturais, quer relativas ao próprio indivíduo, ao interiorizar determinados valores que se reflectem em atitudes de auto-rejeição; quer externas a ele que se manifestam através de atitudes marginalizadoras, por parte de outros membros da sociedade - a sua intensidade atingiu neste estudo um menor grau do que aquele que havia sido colocado como hipótese.

No que respeita à mobilidade profissional e relações sócio afectivas, as barreiras não são alarmantes, pois, deficientes e não deficientes pensam que os direitos e a forma como devem ser tratados os deficientes deverão ser iguais aos de qualquer outro cidadão.

Parece, portanto, que as barreiras existem mais ao nível estético: valorização de uma imagem, sinónimo de ascensão social, construída na base de preconceitos que se transmitem de geração em geração, quer através da família, quer da escola, quer, ainda, através do papel que os meios de comunicação social, principalmente a TV e o cinema desempenham na construção de modelos associados à perfeição do corpo. Imagem que se

vai interiorizando pelos sucessivos apelos estéticos, desde a infância e que reivindica em adulto, para o desempenho de determinadas funções sociais e profissionais.

Atitudes discriminatórias tenderão a desaparecer com um maior conhecimento de "si mesmo", no indivíduo deficiente, assumindo um protagonismo reivindicativo de cidadão pleno de corpo e alma e rejeitando atitudes paternalistas quer do Estado quer da sociedade. No não deficiente tomando consciência de que a deficiência pode atingir qualquer um reivindicando uma educação integrada, onde a convivência de deficientes e não deficientes contribua para a plena integração de ambos e para uma "desnormalização" dos valores humanos, quer físicos quer psíquicos

UM MEIO DE CONFIRMAÇÃO DA MENTALIDADE DOMINANTE

Terminadas estas trabalhos seguiram-se a 5ª e 6ª sessões, sobre "A determinação dos reflexos, na literatura, da atitude social em relação aos deficientes" e "A análise e crítica sobre as formas de abordagem e protagonismos de pessoas deficientes no domínio do cinema".

Estas Sessões foram coordenadas por Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação do Porto e como convidado o nosso associado Jaime Ferrer, escritor. Entretanto já se encontrava presente a Coordenadora do Núcleo de Programas (Eixo Horizon), da Direcção dos Serviços de Reabilitação do IIEFP, Drª Marília Fragoeiro, que passou a presidir aos trabalhos.

Lavouras Lopes apresentou

cológica, uma vida interior rica e fogem às classificações rígidas e estereotipadas.

A literatura, ao utilizar as personagens deficientes emblemáticas, normalmente ao serviço da funcionalidade narrativa, está a confirmar as ideias preconcebidas e dominantes sobre as pessoas deficientes. Constitui-se, assim, numa barreira cultural da integração social, porque perpetua, em quem lê essas obras, os estereótipos sociais, impedindo a abertura à avaliação de cada caso individual. A literatura contribui, deste modo, para que, por detrás da parte, se esconda o todo, ou seja, se reduza a complexidade da pessoa a um único traço - a deficiência de que é portadora.

Quando, pelo contrário, concede personagens com vida interior, a literatura põe em questão os preconceitos e põe em causa a barreira cultural da integração em que tradicionalmente se constituiu. Os leitores vêem deste modo os estereótipos sociais abalados, abrindo-se no seu espírito um espaço de apreciação pessoal. Aí surgirá necessariamente o todo em primeiro plano, ou seja, a complexidade da pessoa, de que a deficiência é apenas um traço. Ao permitir às personagens com deficiências o acesso ao estatuto de protagonista, a literatura, que, de qualquer modo, figura a realidade, está a reconhecer aos deficientes reais o estatuto de cidadãos inteiros.

Infelizmente, como constatado, a literatura é, neste domínio, mais um meio de confirmação da mentalidade dominante, do que uma via do seu questionamento. Como importante fonte alimentadora do imaginário colectivo, em matéria de deficientes funciona co-

gem aleijadas, considera que não haverá mal maior porque: "um homem aleijado é também mal formado de espírito, cheio de pecados e vícios". Ainda hoje os reflexos dessa mentalidade existem. Ainda hoje o cinema continua cheio desses personagens que são utilizados como o símbolo do mal e, imperceptivelmente, ao vermos um filme vamos sendo bombardeados por esses símbolos maléficos e toda uma mentalidade é subtilmente formada ou deformada, levando-nos a tomar atitudes que não compreendemos, porque não entendemos a razão pela qual tais pensamentos nos surgem à flor da pele e nos provocam arrepios perante algo de diferente do que é considerado normal.

Com este trabalho o GEDA pretende dar um contributo novo e original para o conhecimento sobre as diferentes formas de abordagem da deficiência pela indústria cinematográfica. Criou uma base de trabalho para a constituição de um ficheiro de audiovisuais, organizado sob temas e tipos de deficiências abordados e protagonizados por personagens portadoras de deficiência.

Um dos problemas que se colocou à equipa, foi a de encontrar critérios de selecção dos filmes a serem visionados e discutidos. A opção acabou por recair pelo cinema de ficção americano, que aborda basicamente temas com maior impacto comercial e bem conhecidos do grande público e são os mais disponíveis nos circuitos comerciais.

Atendendo à especificidade do universo que encerra, foram objecto da nossa análise, numa primeira fase, filmes que abordavam temas sobre pessoa deficiente militar, os quais nos mereceram tratamento privilegiado.

A terminar, afirmou que durante o trabalho foi sentida a necessidade de serem desencadeados esforços para realização de um filme português que retratasse a experiência face à guerra Colonial e suas consequências. Foi também proposto um desafio aos produtores e cineastas portugueses para que produzissem um filme português sobre este tema, com argumento a ser escrito pela ADFA.

NÃO AOS FALSOS PATRIOTISMOS

Depois destas intervenções o escritor Jaime Ferrer fez uma intervenção onde começou por se referir ao seu livro "Fizeram de mim Soldado", avisando desde logo que não iria para ali com palavras doces: "Venho falar sem peias nem amarras nem falsos patriotismos que querem por vezes impor-me".

Dirigiu críticas aquele "grupo" que teima em chamar-nos combatentes, em vez de deficientes e que outros, com despudor, tentam aligeirar o número de mortos na Guerra Colonial, afirmando que morriam mais pessoas em acidentes de automóveis do que na guerra. Alertou para que não continuem a confundir-nos com combatentes ou, por outro lado, a confundir-nos com os que foram apenas deficientes num simples, mas às vezes grave, acidente de estrada; "Que mudem o nome e que digam que nós somos feridos de guerra".

A partir daqui, sempre no tom cáustico e insolente que lhe é peculiar, explanou sobre a sua obra, das motivações que o levam a escrever.

Continua na pág. 8



embora tendo por objecto o conhecimento e resolução dos problemas da população com deficiência, em geral, dedicou uma especial atenção às questões que preocupam mais directamente os deficientes das Forças Armadas por constituírem estes a sua própria razão de existir como Associação.

Este estudo fez-se sobretudo a partir da consulta da adequada documentação, na Biblioteca da Ordem dos Advogados e na Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa

O trabalho de recolha teve como marco inicial o ano de 1914 e o seu ponto final em 31 de Dezembro de 1994, abrangendo, assim, um período de 80 anos, que constitui um lapso de tempo suficientemente vasto para a recolha, com alguma coerência, das principais linhas de evolução que a problemática dos deficientes conheceu e que o legislador deixou expressos em letra de lei.

Este levantamento legislativo teve como critério o registo de todos os "Sumários" da 1ª série do Jornal Oficial, em que aparece de alguma forma referida a ideia de "Deficiente". Constam 204 diplomas, dos quais 110 respeitam a deficientes em geral e 94 contemplam deficientes das Forças Armadas. Este conjunto é integrado por 19 leis, 79 Decretos-lei, 22 Decretos, 60 Portarias e 16 Despachos Normativos.

Com o quadro legislativo citado, chegou-se ao 25 de Abril de 1974, ao derrube do regime ditatorial então vigente e à reconquista de várias liberdades, entre as quais o direito de associação. Foi neste contexto que nasceu a ADFA que, aproveitando o anúncio do fim da Guerra Colonial, se lançou num intenso e expressivo movimento de reivindicação dos seus direitos nomeadamente em termos da sua consagração legislativa.

Assim, o legislador acabou por consagrar, em diploma legal, o estatuto dos Deficientes das Forças Armadas, consubstanciado no Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro. Este diploma introduziu várias inovações no quadro legal em que viviam os deficientes militares, entre as quais se destaca o alargamento do regime jurídico dos DFA aos casos que, embora não relacionados com campanha, justificassem, pelo seu circunstan-

em que se fala de revogação dos direitos dos DFA, chamou designadamente a atenção para a forma como o Governo de Salazar reduziu direitos adquiridos pelos Mutilados da Grande Guerra em 1937.

Durante o debate que se seguiu, António Carreiro chamou a atenção para o facto de normalmente se falar apenas em DFA, quando os deficientes em serviço são em igual número e apenas são abrangidos pelo estatuto de aposentação, como os funcionários públicos, quando deviam merecer, pela natureza de elevado risco próprio do cumprimento do serviço militar, um Estatuto próprio.

Referiu ainda que, actualmente, os designados deficientes sem relação com o serviço que não beneficiam de qualquer protecção, eram, em 1927, abrangidos pela legislação e tinham direito a pensão.

IMPRESSA EM FASE DE TRANSIÇÃO

Depois do almoço, pelas 15:00H, realizaram-se a 3ª e 4ª sessões, onde foram apresentadas a acção sobre "A Determinação do papel da imprensa no posicionamento dos deficientes" e "A Análise de atitudes e valores sócio-culturais, no momento actual, face às pessoas deficientes". Estas Sessões foram coordenadas por Patuleia Mendes, da Direcção Nacional.

Nas conclusões sobre a "Determinação do papel da imprensa no posicionamento dos deficientes", Lavouras Lopes afirmou que:

"Foram analisados três jornais diferentes, todos com um grau de atenção às pessoas com deficiência e àquilo que lhes diz respeito aceitável, embora privilegiando perspectivas diferentes. Cada um com o seu estilo, cada um contribuindo, de forma diferente, para o abalo ou consolidação dos preconceitos sobre as pessoas com deficiência.

De 1993 para 1995 verificou-se uma considerável mudança no tratamento da temática da deficiência pelo "Diário de Notícias", tanto na frequência como na forma. Nota-se agora uma maior abertura. Passa-se da pequena notícia para o trabalho de maior profundidade e sobe-se o tom da voz dos



Continuação da pág. 7

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Depois destas sessões procedeu-se à sessão de encerramento, presidida pela Coordenadora do Núcleo de Programas (Eixo Horizon), da Direcção dos Serviços de Reabilitação do IEFP, Drª Marília Fragoeiro. As mesa era composta pelo Assessor do Gabinete do Secretariado Nacional de Reabilitação, Dr. Adalberto Fernandes, pelo presidente da MAGN, pelo presidente e vice-presidente da DN e ainda pelo presidente da Direcção Central cessante.

José Arruda, como responsável perante a Direcção Central cessante deste projecto, e um dos seus principais impulsionadores, fez uma intervenção onde, depois de cumprimentar os presentes e lhes agradecer o facto de ali terem permanecido desde manhã, referiu que este trabalho só foi possível devido aos 21 anos de trabalho da ADFA e ao apoio dado pelo IEFP, através do Programa Horizon.

Chamou a atenção para o trabalho "duríssimo" que foi necessário desenvolver para levar a cabo esta investigação, cujos resultados nos dão agora uma "força imensa", pois a nossa perspectiva de integração e de reabilitação passa muito pela alteração das mentalidades, de forma a que as atitudes dos empregadores também possa mudar e deixem de rejeitar os deficientes pelo simples facto de o serem, o que em muitos casos resulta de preconceitos adquiridos.

Frisou que este trabalho tem de passar para o exterior e que se torna necessária a sua continuação.

Dirigindo-se à Drª Marília Fragoeiro, considerou-a uma amiga da ADFA, que com ela é solidária, que conhece bem a nossa casa e por isso continuamos a contar com a sua solidariedade.

OS DEFICIENTES SÃO SERES GLOBAIS

Falou em seguida Lopes Dias, vice-presidente da ADFA, que depois dos cumprimentos, começou por referir que se tinha assistido a um trabalho excelente, produzido por uma equipa que com muita coragem fez um trabalho inovador. Mostrou-se orgulhoso por esta investigação ter sido feita por sócios da ADFA, que tiveram a coragem, de mexer naquilo que apelidou como "o grande tabu", pois não é cómodo ir mexer no mais profundo da organização da sociedade e analisar como através dos milénios se foram moldando as suas estruturas, para que em Portugal se comecem a analisar de uma forma científica os fundamentos da marginalização a que estão sujeitos os deficientes.

Considerou que haverá muitas pessoas que não gostarão que se mostre que os deficientes não são apenas o invólucro exterior, que são seres globais, como diz a definição europeia da pessoa deficiente, que têm uma alma e um espírito, que são sujeitos que se querem afirmar na sociedade.

Proseguiu afirmando que este trabalho é muito importante também para a problemática da formação profissional e do emprego, pois há quem considere os deficientes quase como que "robots", julgando que desde que o deficiente trabalhe, já está realizado, mas a verdade é que quando ele sai à rua está constantemente a ser agredido, é por isso necessário mexer nos fundamentos. E isto não pode ser feito só pela ADFA, é preciso que os técnicos também se sintam motivados a desenvolver este trabalho de pesquisa. É necessário ir também às escolas, às universidades e à sociedade em geral levar esta mensagem. Considerou que reivindicar é informar, é esclarecer, é participar, é estar-mos abertos, é sermos receptivos ao mundo onde estamos. Compete aos deficientes organizados nas suas associações lutar para que isto seja uma realidade, para restabelecer o equilíbrio entre os deficientes e as pessoas ditas normais, para que dentro de alguns anos possamos dizer que temos uma Sociedade para todos e não uma sociedade apenas para alguns.

TÊM UMA AMIGA QUE É SOLIDÁRIA

A Drª Marília Fragoeiro encerrou os trabalhos, na oportunidade proferiu um discurso onde começou por afirmar que "a qualidade das intervenções desta tarde demonstra bem o trabalho que foi feito" e que o mesmo representava "muitas e muitas horas de trabalho".

Referiu depois que nos discursos anteriores lhe tinham sido enviados "imensos recados, eu entendi-os, vou levá-los comigo e podem contar com uma amiga que é solidária" afirmou não saber ainda qual vai ser a resposta final sobre o projecto que a ADFA entregou para continuar este trabalho no âmbito do Programa Horizon II, porque entraram 400 projectos, no valor de 38 milhões de contos e apenas existem 3 milhões de contos disponíveis para o efeito. Considerou ser "muito feio estar a falar de dinheiro depois de coisas tão bonitas que foram ditas antes, mas esse é o meu lado, infelizmente". Lembrou depois que para o Eixo Horizon, a iniciativa chama-se Emprego, tem por objectivo promover a integração profissional, que portanto o âmbito é restritivo e que por essas razões ainda não sabia se o projecto poderia ou não ser contemplado. A terminar afirmou que: "têm uma amiga que é solidária, não vos posso prometer mais nada."

Sede Nacional

Período de Férias

Conforme divulgado na última edição do ELO, a partir de 31 de Julho, por motivo de férias, encontram-se encerrados os serviços de Bar-Restaurante e Self-service, que reabrirão no dia 28 de Agosto, 2ª. feira. Também na Sede Nacional será limitada a presença de trabalhadores; estarão no entanto, garantidos, durante todo o mês, os serviços mínimos que correspondem ao atendimento dos associados.

A ADFA deseja, uma vez mais, aos seus associados e familiares, Trabalhadores e colaboradores um óptimo período férias.

ELO

Edição de Agosto/Setembro

O ELO, conforme acontece todos os anos, não será publicado no mês de Agosto, recaindo sobre a edição de Setembro a divulgação de todas as actividades da ADFA, e material informativo referente aos dois meses.

Reiterando votos de boas férias aos associados, assinantes, leitores e anunciantes, esperamos voltar à vossa companhia nos primeiros dias de Outubro de 1995.

SNR

Reunião do Grupo de Diálogo

O Grupo de Diálogo do Secretariado Nacional de Reabilitação reuniu-se no passado dia 5 de Julho. A ADFA esteve presente através do Presidente da Direcção Nacional.

Foram apreciados dois documentos elaborados pela Comissão Especializada de Saúde, centrados nos cuidados de saúde a ter com as pessoas deficientes -um sobre as crianças com hemofilia e insuficiência renal, outro sobre o atendimento em casos de doença crónica ou deficiência.

O segundo estudo aponta para a necessidade de melhoria dos serviços de atendimento e sua humanização. A qualidade de vida dos deficientes exige cuidados de saúde especiais.

Os dois documentos foram aprovados pelos representantes das organizações de deficientes presentes, transitando agora para o Conselho Nacional de Reabilitação.

Nesta reunião foi ainda apreciado uma proposta de regulamento do Conselho Nacional de Reabilitação. O conteúdo desta proposta fica aquém do necessário para dotar o CNR de maior capacidade, nomeadamente quanto à periodicidade das reuniões, composição, representatividade das organizações de deficientes e alcance das suas deliberações, matéria tratada por decreto-lei e agora inalterável através de regulamento.

No âmbito deste ponto, o representante da ADFA teve oportunidade de salientar esses limites impostos por decreto e chamar a atenção para os manifestos prejuízos para a reabilitação enquanto não forem alterados.

Sócios Falecidos



Franklin Henriques dos Santos; sócio nº3410, de 49 anos, faleceu no dia 29/05/95.

Tinha 47,91% de incapacidade.

Residia em Ovar, deixa orfãos dois filhos e viúva a Sra. Georgina de Oliveira Gomes.



Manuel Rodrigues da Silva, sócio nº 5694, de 82 anos, faleceu no dia 14/12/90.

Residia no Funchal, deixa 7 filhos maiores e viúva a Sra. Maria de Jesus da Silva

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

Novo Livro de Jaime Ferreri

"Os Homens Também Hibernam"

Jaime Ferreri, sócio da ADFA, membro dos órgãos sociais de Delegação do Porto (Conselho de Delegação), acaba de publicar o seu terceiro livro com o título "Os Homens Também Hibernam".

Em 1986 publicou "O Cabrito Montês", em 1992 "Fizeram de mim Soldado". Este último descreve, sem paralelo na literatura portuguesa contemporânea, o percurso dos jovens que foram à guerra (colonial), da sua saída da aldeia natal até ao regresso a esta, com graves deficiências e grandes dificuldades de reintegração.

"Os Homens Também Hibernam", publicado agora pela Arcada Nova, refere a vida política e social de uma vila nortenha -Ladeiro-, realçando o contraste entre a arrogância do poder e a complacência dos que tomaram: o povo "prefere uma besta, mesmo que se chame Belarmino, e suporta-lhe com naturalidade a arrogância".

O antes e depois da revolução não têm aqui fronteiras nítidas. É uma espécie de neo-antes (...) vinha o ministro com as sirenas da polícia em algazarra, um discurso a flamejar um fato escuro a rebentar palas costuras numa gordura de dinheiro, pingado em milagres de negócios e conclusos de compadrio".

Numa escrita cuja densidade tem o estilo de Agustina Bessa Luís, Ferreri oferece-nos um documento testemunhal de que o véu da democracia esconde, até ao dia em que a raiva se apose do povo e o coloque de novo a pintar paredes(...)"

Aires Abrantes
e
Alberto Caetano

Seguros em todos os ramos
- ao serviço dos deficientes -

Rua Fonte do Bispo, Edifício União
1.º Piso J. — 3030 Coimbra
Telef. Escritório 723271
Telemóvel 0931246596

Reencontros

Angola 1968/70
BAT.CAÇ. 2843

Lumeje - Cassanguidi - Chimbila

A todos os militares que integraram estas Unidades, e seus familiares.

Vamos realizar um almoço de confraternização dos 25 anos do n/regresso, em 23 de Setembro Restaurante "VALOÁSIS" próximo de Torres Vedras.

Informações e confirmação:
Ex.Fur.Mil. Franco
Tel. 061 952165(casa)
01 4412310 Ext.247(trabalho)

SANTO
ANTÓNIO
EMPREENHIMENTO HOTELEIRO, LDA.

- Restaurantes
- Quartos c/WC, TV, Telef., Som
- Parque de estacionamento
- Garagem
- Condições

especiais para sócios da ADFA

Rua de S. José, 10

Cova da Iria — 2495 Fátima

Telef. 049 533637/533641 — Fax. 533634

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 1994

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, no fim do seu terceiro ano de actividade, apresentou o seu Relatório de Actividades referente a 1994.

Esse relatório irá ser apresentado resumidamente nos próximos números deste jornal, tendo hoje o seu início.

Todo o trabalho se desenvolveu para criar as condições necessárias para a implementação do projecto, a nível de:

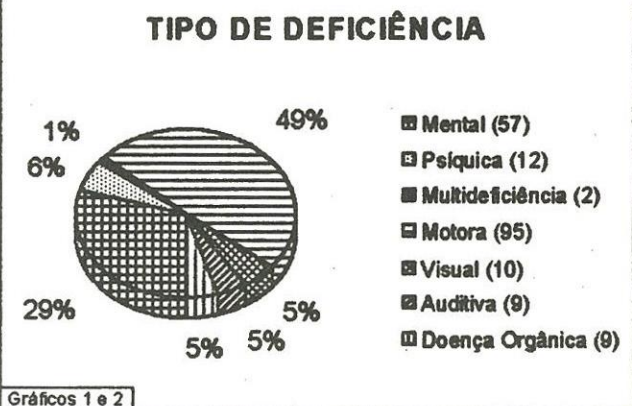
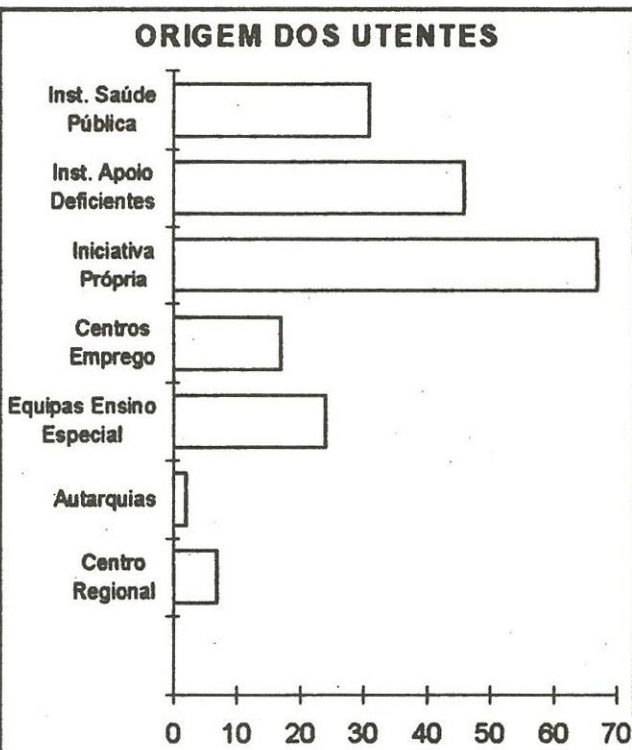
- instalações e equipamentos;
- organização dos serviços;
- promoção institucional;
- investigação e desenvolvimento nas duas vertentes:
- continuação dos projectos em curso no âmbito dos programas HORIZON, FORCE, LINGUA, CITE e HELIOS;
- preparação de novos projectos para candidaturas ao IV Programa-Quadro - TELEMÁTICA, Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos (HORIZON e NOW), e LEONARDO DA VINCI.

1. Programas Estruturais

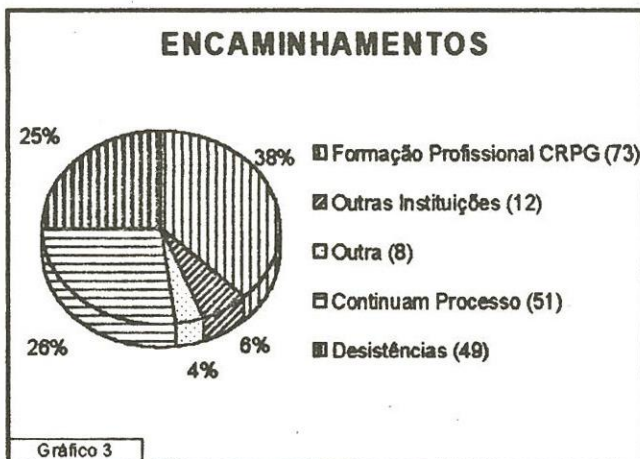
1.2 - Unidade de Avaliação / Orientação

No ano de 1994 foram avaliados ou iniciaram o processo de Avaliação / Orientação 194 utentes assim caracterizados:

- por iniciativa própria (34%), Instituições de Apoio a Deficientes e de Saúde Pública (23% e 17%) (Gráf. 1)
- idade inferior a 25 anos (61%)
- sexo masculino (74%)
- escolaridade obrigatória (60%)
- deficiência motora (49%) e mental (29%) (Gráf. 2)



Os encaminhamentos resultantes do processo de Avaliação/Orientação aparecem no seguinte gráfico:



Do grande número de desistências, 54 % desistiram antes do início do processo, por não comparência às convocatórias. Os restantes optaram por outras vias, durante o processo de Avaliação/Orientação. No final do ano da lista de inscrições constavam 125 utentes.

Para os utentes residentes fora do Grande Porto, necessitando alojamento, transporte e ajuda de 3ª pessoa continuam a existir as mesmas dificuldades apesar do esforço feito no sentido de as ultrapassar.

1.2 - Unidade de Formação Profissional

O trabalho desenvolvido em anos anteriores no âmbito da análise do mercado de trabalho, levou à implementação de três novas áreas de formação:

- Edição Assistida por Computador
- Desenho Assistido por Computador
- Electrónica,

e duas áreas de Formação Geral:

- Legislação Laboral
- Preparação para o Emprego.

Foi criada a figura de Técnico de Formação para apoiar Formadores e Formandos na elaboração de Planos Individuais de Formação e na gestão dos processos individuais.

Criou-se uma Equipa de Colocação e Acompanhamento responsável pelas análises de trabalho e do mercado de emprego, pelo acompanhamento dos estágios complementares de formação, pelos processos de colocação e acompanhamento da integração.

As acções de formação abrangeram 15 áreas de Formação e um total de 208 formandos assim caracterizados:

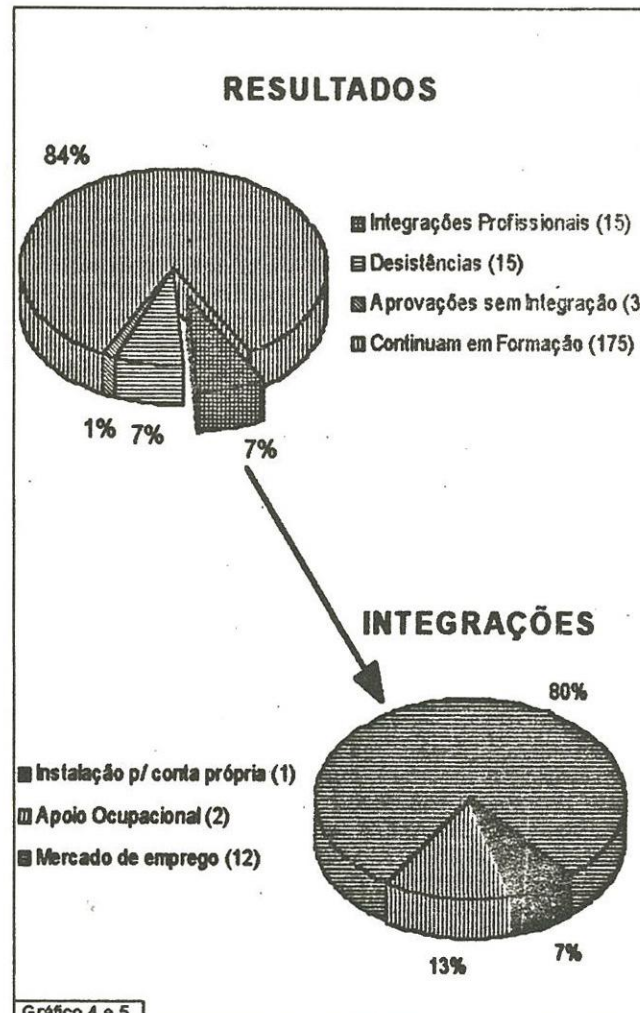
- idade inferior a 25 anos (52%)
- sexo masculino (70%)
- escolaridade obrigatória (57%)
- deficiência motora (54%) e mental (22%)
- à procura do 1º emprego (60%) e desempregados de longa duração (37%)
- 79% residentes no Grande Porto.

A distribuição dos formandos por curso é apresentada na tabela seguinte:

ÁREA DE FORMAÇÃO	Nº FORMANDOS	%
Electricidade	13	6%
Serralharia Mecânica	5	2%
Electromecânica	4	2%
Administração e Gestão	68	30%
Readaptação ao Trabalho	40	18%
Edição Assistida p/ Computador	11	5%
Electrónica	11	5%
Desenho Assistido p/ Computador	8	4%
Carpintaria	9	4%
Serralharia Civil	4	2%
Estofos	13	6%
Costura	11	5%
Tecelagem Manual	10	5%
Bordados Tapetes Arraiolos	11	5%
Limpeza e Restauração	2	1%
Total	220	100%

Quanto à Formação em Posto de Trabalho, realizaram-se 58 estágios em empresas. Para a concretização desta componente de formação contribuíram decisivamente as 127 empresas contactadas pela Equipa de Colocação e Acompanhamento.

Os resultados obtidos no final do ano são:



Monumento aos Combatentes do Ultramar

A ADFA clarifica a sua posição

Realizou-se no dia 12 de Julho, na sede da Liga dos Combatentes, uma reunião da Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar. A ADFA fez-se representar pelos Presidente e 1º Vice-Presidente da Direcção Nacional.

O Presidente da Liga dos Combatentes, General Altino de Magalhães, fez uma demorada exposição sobre os trabalhos realizados ultimamente no âmbito da manutenção e preservação do bom estado do Monumento, que tem estado a cargo da Comissão Executiva. Trata-se de uma tarefa que se torna cada vez mais difícil de executar por uma estrutura desta natureza, para além das insuportáveis dificuldades de natureza financeira que a breve trecho surgirão.

Foi ainda abordada a questão da utilização do Monumento para cerimónias públicas, o que de forma nenhuma pode ser alheio à Comissão Executiva.

A capacidade de realização desta Comissão já não

será suficiente para a criação do futuro Museu do Combatente, mas poderá ainda ter meios para promover uma exposição sobre os castelos fronteiros de Portugal, iniciativa, aliás já em curso.

Relativamente ao Monumento, a ADFA, através dos seus representantes presentes, teve oportunidade de deixar clara a sua posição, nomeadamente quanto à sua guarda, preservação e utilização. Entende a ADFA que o Monumento, uma vez concluído, deixou de ser pertença da Comissão que promoveu a sua construção, sendo automaticamente um Monumento Nacional da Nação. Como tal lhe deve ser entregue. Espera-se, entretanto, desta, através das entidades competentes, nomeadamente o Património Público, a Câmara Municipal e as próprias forças de segurança, que o tratem de acordo com o profundo sentido que encerra, já que ele é o símbolo do sofrimento de uma geração que fez a guerra, e muito es-

pecialmente dos que foram as verdadeiras vítimas, os mortos e os deficientes militares. Os representantes da ADFA quiseram deixar claro que, tratando-se de um símbolo de dimensão nacional, este abarca o sofrimento de todos. Seja qual for o sentido histórico que se pretenda dar à guerra nenhum grupo tem legitimidade de sobrevalorizar o seu sofrimento com uma dada interpretação ou fim político.

A Guerra foi da Nação, e a Nação, através do Movimento das Forças Armadas, pôs-lhe termo, tal como derrubou o regime impopular que insistia em continuá-la. Por isso, a Nação deve honrar os que nela viram as suas vidas afectadas, num ambiente de paz e tranquilidade Nacional. Por isso, a Nação deve garantir a dignidade nacional do Monumento.

A ADFA, com a autoridade advinda da sua qualidade de parte promotora da construção do Monumento, não pode permitir que este seja apropriado por qualquer grupo, e muito menos em datas de profundo significado histórico, como é o 10 de Junho. Todas as cerimónias realizadas no Monumento deverão ter um carácter oficial e revestir-se da dignidade que o seu simbolismo exige.

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 12 Abril de 1995

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
TWINGO	1.209.791.00	1.850.000.00
TWINGO PACK	1.269.620.00	1.920.000.00
CLIO-RL-1.2	1.228.951.00	1.825.000.00
CLIO-BE BOP	1.335.789.00	1.950.000.00
CLIO-RN-1.2	1.434.079.00	2.065.000.00
CLIO LUNA	1.583.652.00	2.240.000.00
CLIO-RT-1.2	1.681.943.00	2.355.000.00
CLIO-RT-1.4	1.785.860.00	2.760.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.811.501.00	2.790.000.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
CLIO-RL-1.2	1.293.054.00	1.900.000.00
CLIO-BE BOP	1.399.891.00	2.025.000.00
CLIO-RN-1.2	1.498.182.00	2.140.000.00
CLIO-LUNA	1.647.754.00	2.315.000.00
CLIO-RT-1.2	1.746.045.00	2.430.000.00
CLIO-RT-1.4	1.849.963.00	2.835.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4-PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO	P.BASE	P.V.P.
R-19-RL-1.2	1.895.166.00	2.610.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.980.636.00	2.710.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.135.836.00	3.175.000.00
R-19-RTI-1.4	2.345.238.00	3.420.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.249.404.00	4.550.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA	P.BASE	P.V.P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	2.060.561.00	3.081.399.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.124.664.00	3.156.400.00
R-19 SCALA-1.4	2.321.477.00	3.392.200.00
TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.355.090.00	2.020.000.00

RENAULT EXPRESS	P.BASE	P.V.P.
EXPRESS COMBI 1.2	1.496.787.00	2.195.000.00
EXPRESS BREAK 1.2	1.834.394.00	2.590.000.00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

**VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES
DESCONTOS AOS SÓCIOS**

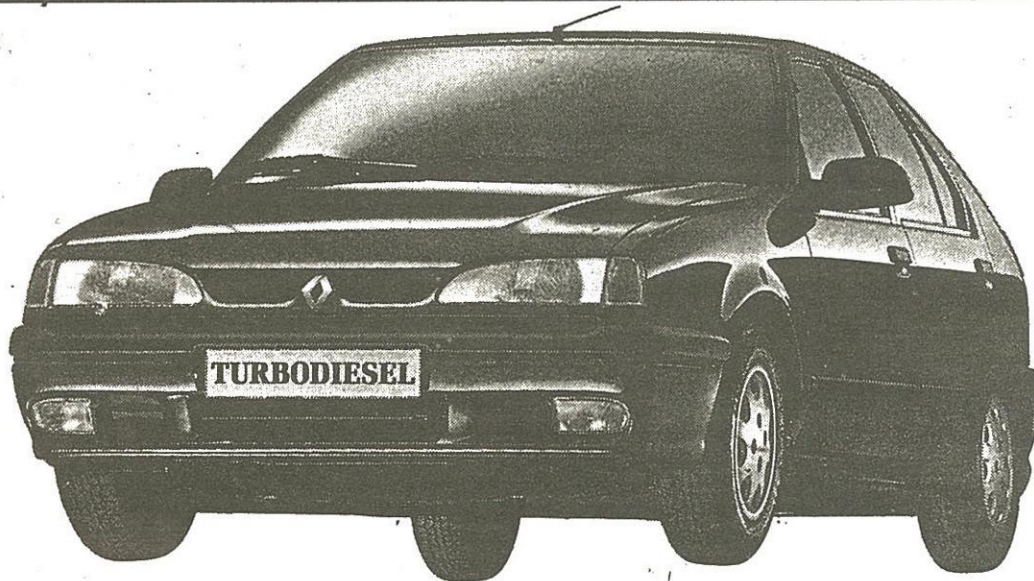
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41
Delegado de vendas: Bernardes

**uma gama completa
versões a gasolina e a diesel**



SE NÃO LHE PODE RESISTIR

**CONVERTA-SE
AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL**



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico, volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir

ao novo Renault 19 Turbo Diesel,

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

Sucursal

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



RENAULT

Versão comercializada com jantes de liga leve.

Início de mandatos envolve e mobiliza os associados

Coimbra



Funchal



Viseu



Faro



Tecnitagus



Tecnitagus - Comércio de Viaturas, S.A.
Rua D. João de Castro, 30 - 2800 ALMADA
Telefone: 274 84 49 / 276 41 97



FINANCIAMENTO AUDI
CRÉDITO • ALD • LEASING

Toda a nova gama Audi vem agora equipada com um financiamento de série. No Concessionário Tecnitagus encontra um serviço de atendimento personalizado e várias opções financeiras SGC Car adequadas ao seu caso. Visite-nos.

UM PRODUTO:

SGC CAR
A SOLUÇÃO COMPLETA